

Parte I - Vozes afluentes do colonizador:

O verbo inaugural do mito americano

Luzia Aparecida Oliva dos Santos

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

SANTOS, LAO. *O percurso da indianidade na literatura brasileira: matizes da figuração* [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. 447 p. ISBN 978-85-7983-020-4. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

PARTE I

VOZES AFLUENTES DO COLONIZADOR:
O VERBO INAUGURAL DO MITO AMERICANO

Os textos escolhidos para este capítulo inaugural traduzem os olhares que captaram a atmosfera intocada de uma nação lida, primeiramente, pelo ponto de vista histórico de sua experiência e, posteriormente, interpretada pelo ângulo dilatado do espírito literário que os envolve. O aspecto em comum tende à contemplação da flora exuberante, diversa da que o colonizador teve contato com sua realidade primitiva, e da fauna, mais rica do que a conhecida europeia, além de lhe ser resguardado o *status* de primeiras manifestações intelectuais, em que o Brasil se oferecia como matéria-prima. Ao lado desses fatores decisivos para o deslumbramento do invasor, a terra americana apresenta-lhe um elemento insólito, até então, ante a longa atividade mercantil que o levou a descobertas de novas gentes, como as da África, sob o domínio de Portugal. Diante do número de nações indígenas existentes na terra recém-descoberta, desconhecidas em seus costumes, crenças, tradições e ideias, os primeiros observadores lançaram mão de um universo de imagens que, vistas daqui do século XXI, causam impacto, ainda, pela grandiosidade de suas descrições, quando compreendida a moldura em que foram guarnecidas e os mecanismos disponíveis para a realização de sua captura.

As impressões do invasor português, em relação ao Brasil, diferem, em muitos casos, das que foram sistematizadas pelos colonizadores da América espanhola, pois a praticidade que desenvolveu em sua atividade de expansão levou-o a não se ater sutilmente à natureza e ao nativo encontrado, pelo contrário, contribuiu para um dos maiores processos de aversão aos povos. Os três primeiros textos, dos autores Pero Vaz de Caminha, Padre José de

Anchieta e Padre Antonio Vieira, são os que reverberam, com mais intensidade, a perspicácia do olhar e da voz constituída a partir das primeiras imagens impressas nas letras acerca do Brasil, sob o traço da dominação. Em *O Uruguai*, de Basílio da Gama, manifesta-se certa sutileza, com maior vazão, em virtude de o autor apoiar a decisão do Marquês de Pombal na expulsão dos jesuítas de Portugal e suas colônias. Mesmo que a simpatia pelo nativo seja mais acentuada no poema, esse preserva, ainda, o *status* da negligência, ao submeter a imagem à inspiração europeia. De certa maneira, como se verá em sua análise, o homem americano passa a ter um espaço demarcado pelas suas características, ainda que as nuances sejam idealizadas, e o nativo seja inserido como necessidade de assunto.

Consideradas as diferenças no modo de olhar encerradas em cada obra, importa destacar sua imanência temática voltada à colonização, como um projeto, segundo Bosi (1992, p.15), que busca “ocupar um novo chão, explorar seus bens, submeter os seus naturais” em nome da religião ou da expansão econômica, capazes de subjugar índios e negros sob a mesma unção. Todos os olhares e discursos arquitetados em torno desse processo desembocam na figura do índio, posto como obstáculo à expansão, em razão das características naturais que o compõem, impedindo o invasor de compreender a complexidade de seus rituais e de suas crenças.

A *Carta de Achamento*, do escrivão Pero Vaz de Caminha, localizada historicamente como texto fundante, reserva ainda certo grau de leveza na construção das imagens do primeiro contato, se comparada aos dois textos posteriores, escritos pelos jesuítas. O aparente aspecto “realista” impresso pelo escrivão é fruto, antes de tudo, da apropriação de gestos e falares do nativo, vistos e interpretados a partir dos conceitos formulados e correntes na Europa, que traduziam o selvagem pelas histórias relatadas por terceiros ou pelas telas que os representavam.

Em virtude das condições históricas e de instrumentos em que a *Carta* foi produzida, visualiza-se nela o teor idílico do índio, sobrepondo-se ao demoníaco, uma vez que a experiência do contato, no ínterim de uma semana, não garantiria ao cronista subsídios suficientes para uma interpretação mais coerente da cultura com a qual deparou. Mesmo que pareça amenizada a imagem cruenta, em decorrência da falta de conhecimento do observador, não se eximem recortes agudos na narrativa, como por exemplo, a inferioridade, que leva o índio ao extremo da bestialidade.

O discurso protocolar de Caminha responde ao objetivo inicial de dar notícias acerca da terra, mas põe em plano superior as descrições do selvagem, de acordo com o alargamento do olhar em direção à cultura que se lhe apresenta. Dentro desse espaço de encantamento, os rituais, costumes e dotes físicos recebem especial atenção, deslocando o foco da terra e suas riquezas. A bondade, a inocência e a alegria, presentes no cotidiano dos povos americanos, constituem-se fator decisivo para a arquitetura do aspecto idílico preponderante, que descolore o outro lado do polo, no qual o nativo é revelado como ser inferior. Uma das questões fulcrais para o entendimento das imagens impressas por Caminha diz respeito à limitação do olhar, pela qual capturou apenas o que a sensibilidade de um invasor deslumbrado poderia alcançar. Ainda que restrito o ângulo, e sob a influência do poder da coroa, Caminha lega ao *corpus* da literatura brasileira um documento essencial à produção literária posterior que, carente de um passado histórico relevante, se apoia no conjunto de dizeres do cronista, para autenticá-los ou para negá-los.

Em Anchieta, duas vertentes instalam-se, quando se pretende observar a visão que constrói do nativo. Como o jesuíta teve uma vasta produção de cartas e informações acerca do Brasil, além de sua produção poética, fez-se o recorte de dois poemas e de algumas considerações importantes da escrita protocolar, em que se pudessem fazer visíveis as diferentes faces que imprimiu. Como jesuíta, patrocinado pelo poder, produz um corolário de imagens aliadas à condição demoníaca do índio, alicerçado nas observações dos rituais de antropofagia e de comunicação com os mortos. Nessa vertente, coincide, em parte, com o que Caminha pontuou em sua carta, no que diz respeito à inferioridade do natural, comparado às feras, um ser vazio em cultura, à mercê da catequese, aberto, portanto, à inserção dos valores considerados adequados à educação religiosa, moral e de costumes. Ainda que se lhe respeitem os dotes de homem religioso de seu tempo, ao interpretar o indígena a partir desse contexto, é notável o acentuado preconceito e a falta de conhecimento da cultura nativa, com a qual entra em conflito, dados os interesses impressos nos ditames da catequese católica que o nativo se recusa a aceitar.

As imagens impressas nos textos de informação diferem das do indígena figurado nos poemas, em que Anchieta, homem das letras, o compõe. O índio de Anchieta, arquitetado em verso, é obediente, convertido a e devoto

de Nossa Senhora. Na *Lírica tupi* são instituídos claramente os polos bem/mal, em que a figura de Maria, mãe de Cristo, é assentada como redentora dos que são dominados pelo demônio, presente nos rituais de celebração aos mortos. Por esse viés, o nativo é figura prostrada diante da supremacia do símbolo cristão, ao qual leva oferendas do universo natural, em troca da libertação de suas antigas crenças, a fim de ser merecedor da intervenção mariana.

Posto no embate das forças ocultas do poder demoníaco a ser banido, o índio é subserviente e deixa-se aterrorizar pelo medo do pecado, capaz de tirar-lhe a salvação eterna. Com a inserção desses valores, tão distantes das concepções dos indígenas, os poemas os desenham seres dóceis, adaptados à tradição cristã difundida pela Companhia. As estratégias que arquitetam essa outra vertente passam pela substituição de símbolos locais, da adequação de nomes de entidades ameríndias à manifestação do culto católico. Da figura obediente e pura, impressa nos poemas, decorre a atualização feita pelo romantismo brasileiro, em que foi consagrado como modelo de representação de um povo, construído sob o arquétipo do nativo bom, sem os vícios da cultura não-índia.

Além dos pontos suscitados nos dois textos anteriores, os aspectos paradoxais da figuração marcam o estilo de Padre Antonio Vieira, o responsável pela articulação do confronto entre o desejável e o combatível. O que muda no discurso dos *Sermões*, em relação íntima com o nativo, são os propósitos de convencimento, direcionados a um público não somente composto pela Coroa, como se apresenta em Anchieta e Caminha. A consequência desse alargamento de público impõe-se a partir do momento histórico em que a Companhia se instala nas terras do Maranhão e do Pará, com a finalidade de amenizar os conflitos entre colonos e traficantes, que viam a região como espaço livre para captura e escravização do nativo.

Esse seria um dos caminhos de leitura dos sermões escolhidos para este trabalho: *Sermão da Primeira Domingo da Quaresma* e *Sermão da Epifania*, não fossem as incursões ideológicas tecidas em meio à trama de argumentos elaborados sob a égide da defesa dos indígenas. As incursões fazem perceber que o estatuto de Vieira, posto como paradoxal, institui-se no fato de eleger o nativo como tema de sua defesa perante os colonos no Maranhão, assunto do primeiro sermão, e da rainha Luísa de Gusmão e seu filho, no segundo, mas deixa transparecer outra face intencional, camuflada sob a

aparente contrariedade. Emerge, então, do discurso entrelaçado dos dois sermões, a visão de que o cativo é tema para atacar os que aprisionavam os indígenas com fins lucrativos, enquanto os aldeamentos, promovidos pelos jesuítas, são considerados espaço de liberdade, uma vez que os aldeados são postos sob a proteção missionária e o poder constituído.

O sermão pregado aos colonos, no Maranhão, usa a metáfora das tentações de Cristo para mostrar as atitudes dos que vendem os nativos como exemplos dos que venderam as almas ao demônio, sob o jugo de se condenarem por isso. Diante da ameaça de perder a salvação eterna, os colonos foram orientados a seguir a proposta que visava à manutenção dos aldeados como livres, suspendendo os demais cativos. Os que se encontravam em serviço escravo nas cidades teriam o direito de escolher entre a liberdade ou a permanência na condição. Assim posto, os interesses dos colonos foram feridos pela defesa constante dos aldeados como livres, desencadeando a expulsão dos missionários do Maranhão. Os argumentos tecidos ao longo do discurso levam ao exagero antitético de Vieira, que põe em relevo a escravidão para assegurar o direito de posse dos nativos em seu domínio, dando-lhes, assim, como os dois autores anteriores, o cunho de seres desprovidos de razão e carentes, portanto, de identidade a ser impressa pela educação jesuíta.

O *Sermão da Epifania* resgata a temática da escravidão indígena; no entanto, a circularidade do discurso toma por base o texto bíblico da visita dos reis magos a Jesus. Após a expulsão dos jesuítas, o percurso de convencimento de Vieira diante da Coroa é apontar a necessidade da permanência em terras americanas. Assim, as vias de acesso percorrem a imagem da América, como uma das terras que demorou a ser descoberta, mas que se converteu com maior rapidez em relação aos demais continentes. A alusão feita aos reis magos desliza em direção à disponibilidade de aceitação do catolicismo, uma vez que vindo adorar o Menino, estariam representando as nações, assim como os nativos adotariam o catolicismo, por meio das missões.

Concomitante ao aspecto religioso imanente, Vieira faz visível a dimensão mítico-histórica, atualizando o messianismo sebastianista, na fundação do Quinto Império. O ideal da fundação desse Império pauta-se pela existência de uma unidade em que Portugal teria o domínio de governo, da língua e da religião, o que justificaria a presença dos missionários em terras

brasileiras para conquistar as almas na concretização desse projeto, pois, descoberto o Novo Mundo, estaria assegurada a criação de uma nova Igreja destinada aos povos nativos. Diante do quadro histórico a que Vieira se refere nos dois sermões, o índio é liame aos argumentos que se espraiam pelo discurso paradoxal, construído pela vertente humanitária da defesa dos naturais e revestido de um verniz capcioso, engendrado nos fios do poder que defende obstinadamente. De um polo a outro, o sermonista articula as imagens que oscilam entre a necessidade de converter e a propriedade, como o fez em Lisboa, perante a Coroa, ao demonstrar sua complacência para com os nativos, matizados pelo estereótipo de “fera” humanizada, produto do artifício da catequese.

A disposição dos textos, nesta parte, assemelha-se à ordem canônica da literatura brasileira, em que é posto *O Uruguai* em meio aos poetas árcades, após o período denominado Literatura de Informação. O objetivo de colocá-lo em última análise nesta parte, no entanto, não é o de perpetuar o que a crítica já sistematizou, e sim, considerar que o lugar que ocupa se deve às características transitórias de estilo e de fundação que o permeiam. A transição de estilo se faz presente no viés da epopeia, gênero que se destacou, desde a antiguidade, pelo distanciamento no tempo da ação heróica, para dar vazão às imagens. Basílio não concretiza essa particularidade justamente por transformar em arte um evento histórico próximo à sua escritura, o que marca seu estilo não apenas pela ruptura de alguns elementos, mas pela ousadia de fazer em seu tempo as alterações numa forma clássica. A fundação concentra-se no ângulo em que enriquece a veia nativista, representando-a na atualidade da defesa ao índio. Dessa característica, é lançado o afluente que desemboca na leitura dos românticos Gonçalves Dias e José de Alencar, por exemplo, e do insigne modernista Oswald de Andrade. A atualização da temática no romantismo e no modernismo deve-se ao fato de que, em Basílio da Gama, “o cenário indígena se propõe como objeto de uma possível transfiguração lírica”, de acordo com Sérgio Buarque de Holanda (1991, p.117), no qual paira “o sentimento brasileiro”.

Unida ao aspecto histórico do evento acerca dos Sete Povos das Missões está a vertente em que o indígena é figurado à altura do português, não portador de selvageria e barbárie, como foi estampado em Anchieta e Vieira. Trata-se, agora, de uma imagem dotada de bondade e pureza, à qual Basílio devota simpatia. No entanto, mesmo que lhe seja atribuída uma nova rou-

pagem, o nativo não fica isento da conspurcação civilizatória, impressa no choque cultural entre invasor e invadido, como se nota no Canto II, em que os caciques Sepé e Cacambo se encontram com os europeus na condição de embaixadores.

Feita a sucinta apresentação das obras estudadas nesta parte, é notável sua singular contribuição, ao traçar os primeiros contornos da imagem brasileira, por meio de sua flora, fauna e, de modo mais contundente, de seu habitante natural. Sobre esses elementos foi depositado um olhar incisivo para recortar o melhor ângulo da experiência de uma terra até então representada pelo imaginário, povoada de monstros e de seres demoníacos. Assim, cada autor, vinculado ainda aos laços ultramarinos, com maior ou menor intensidade, tece os primeiros pontos de um quadro multicolorido que revelará uma espécie de mitologia nacional, aos poucos indexada ao *corpus* literário como porta-voz das cores locais.